

Dutra: o monopólio do minério é nocivo

O deputado José Dutra (PMDB-AM), presidente do Diretório Regional do Partido no Amazonas, está apelando ao presidente da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, para que "afaste as tentativas solertes de mutilar o Amazonas e o Norte do País", impedindo-se o aproveitamento de suas reservas minerais por empresas privadas nacionais e só admitindo este aproveitamento como monopólio da União, em casos muito especiais.

Para o deputado, o item proposto no anteprojeto, com referência à exploração de recursos minerais, significa "condenar o Norte-a-ficar cada dia mais pobre, reduzindo as populações indígenas à condição de mendigos, além de aumentar as disparidades econômicas regionais". O que se pretende com o anteprojeto é "castigar ainda mais o Norte brasileiro.

SUPRESSÃO

José Dutra quer ver suprimido do anteprojeto da Constituinte o artigo 434 e seus parágrafos de 1 a 3. Considera o deputado que tais dispositivos "se apresentam em rota de colisão" com o que estabelece o 306 do mesmo anteprojeto, que busca "assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social".

Ao proclamar o privilégio da União para desenvolver a pesquisa, lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia elétrica em terras indígenas, somente quando exigir o interesse nacional e desde que inexistam reservas conhecidas e suficientes para consumo interno, o ante-

projeto, na opinião do deputado, na prática condena as populações indígenas à miséria, à desgraça e à escravidão, ferindo, assim, o princípio da justiça social.

Os dispositivos que o deputado José Dutra pretende ver suprimidos, "se destinam, na forma em que estão vasados, a esterilizar a pesquisa, a lavra ou exploração de minérios e ao aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica localizados nas terras indígenas situadas no Norte do País, com a finalidade clara e determinada de anestesiar o desenvolvimento econômico dos estados do Amazonas e Rondônia e do território de Roraima".

MOBILIZAR O POVO

Como homem do Norte, representando o Amazonas na Assembléia Constituinte, José Dutra diz que se impõe o dever de indagar que mal fez o Norte para merecer este castigo. Entende que nenhum, lembrando que em toda sua história seu povo tem-se ilimitado a defender as riquezas brasileiras ali existentes, "recebendo em troca desprezo, abandono e desrespeito".

A proibição à empresa privada nacional de atuar na mineração em áreas indígenas parece absurda ao deputado amazonense, na medida em que no mesmo anteprojeto que a prevê, se busca "a livre concorrência." Mais absurda lhe parece a idéia de colocar as receitas nacionais numa atividade de alto risco como é a mineração. O deputado pretende "mobilizar" o povo do Amazonas contra essa "discriminação".

Severo sugere mais mobilização popular

São Paulo — O senador Severo Gomes (PMDB-SP), que foi relator da Comissão de Ordem Econômica da Constituinte, disse ontem que a solução para os problemas econômicos do País é a vontade política, isto é, que o povo seja mobilizado e que as forças sociais e políticas tenham consciência que, só através da sua mobilização, é possível encontrar o caminho.

O senador Severo Gomes participou do Fórum Nacional "A nova ordem econômica", promovido pela Ajoesp — Associação dos Jornalistas de Economia do Estado de São Paulo, no Mofarrej Hotel. Na ocasião, ele observou que essa mobilização só poderá ser feita se todos discutirem os problemas e que deve ser coordenada não só pelos partidos políticos, como

por associação de classe, sindicatos, igrejas e federações de trabalhadores e empresários.

Em relação à proposta de alguns membros do PMDB de que o presidente José Sarney se afaste do partido e à demissão dos 16 ministros peemedebistas, o senador disse acreditar que esta sugestão se deve ao fato de que há muita divergência entre o programa do partido e as linhas políticas do Governo, mas que ainda há espaço para o diálogo e convencimento. Severo Gomes afirmou que o PMDB não está caminhando para um racha inevitável e sim está adotando uma posição mais nitida de cobrança ao Governo, na esperança de poder fazer com que as diretrizes do Executivo sejam mais próximas do programa do partido.